

Petrobrás para o Brasil



70 anos de resistência e superação

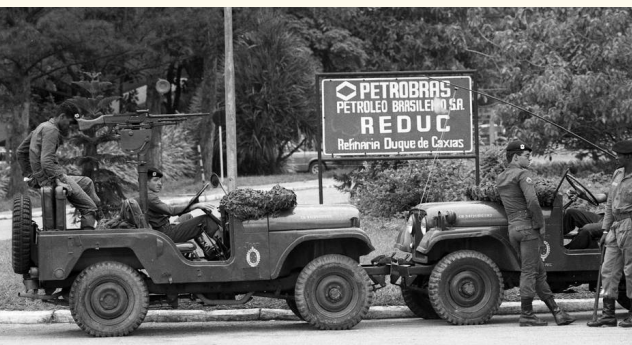
- 1940-1953 | “O petróleo é nosso” e a Petrobrás também | Página 3
- 1953-1980 | Petrobrás integra o Brasil e impulsiona a indústria nacional | Página 4
- 1980-1990 | Exploração em águas profundas | Página 5
- 1990-2002 | Neoliberalismo impôs perda do monopólio e privatizações | Página 6
- 2000-2015 | Petrobrás volta a ter papel estratégico e descobre o Pré-Sal | Página 7
- Principais marcos da organização sindical petroleira desde a criação da Petrobrás | Página 8 e 9
- Do poço ao poste - Responsabilidade social | Página 10
- Líder em tecnologia - Geração de empregos e renda no Brasil | Página 11
- 2016-2022 | Lava Jato, golpe e desmonte | Página 12 e 13
- 2023 | Reconstruir e fortalecer a Petrobrás para o Brasil | Página 14
- Retomada dos concursos públicos | Página 15
- Recompor direitos e humanizar as relações de trabalho | Página 16



FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

70 anos de resistência e superação

A Petrobrás completa 70 anos, com uma trajetória permeada por ataques, resistência e superação. Desde que foi criada, em 03 de outubro de 1953, é alvo de disputas e cobiça. Nasceu das lutas populares que, na virada de 1940 para 1950, desaguaram na campanha “O petróleo é nosso”, que reivindicava uma nação desenvolvida e livre da dependência estrangeira.



Desde então, a Petrobrás vem cumprindo essa missão.

Construiu o maior parque de refino da América Latina, impulsionou a indústria nacional, tornou o Brasil autossuficiente, descobriu o Pré-Sal, vencendo os desafios de extrair petróleo a 7 mil metros de profundidade no mar. Em apenas 15 anos, essa nova fronteira exploratória já é responsável por 78% de toda a produção nacional.

Líder mundial em tecnologia para exploração de petróleo em águas profundas, a Petrobrás coleciona prêmios internacionais, chegou a figurar em 2010 como a terceira maior empresa de energia do mundo e já foi responsável por 13% do PIB brasileiro.

Com tantas conquistas em um setor tão estratégico para o mundo, a empresa tornou-se alvo de muitos interesses e enfrentou nos governos Temer e Bolsonaro o maior desmonte de sua história.

Apesar de todos os ataques que sofreu ao longo de sua história, a Petrobrás continua sendo um dos principais agentes indutores do desenvolvimento nacional, símbolo maior da nossa soberania e da capacidade de superação e vitória do povo brasileiro.

Mesmo após ter perdido o monopólio, em 1997, e de ter passado por um violento processo de desintegração nos últimos anos, a estatal brasileira ainda é responsável por 93% da produção de óleo e gás no Brasil e por 90% do refino de derivados.

Essa trajetória de resistência e superação faz parte do DNA das trabalhadoras e dos trabalhadores petroleiros, que constroem no dia a dia as conquistas da Petrobrás e sempre se levantaram cada vez que a empresa foi atacada.

Conhecer essa história é levar adiante o legado de milhares de brasileiras e de brasileiros que lutaram e ainda lutam para defender a soberania nacional.

Defender a Petrobrás é defender o Brasil.

“O petróleo é nosso” e a Petrobrás também

1940-1953



A descoberta de petróleo no Brasil aconteceu em área terrestre, na Bahia, em 1939, na região de Lobato, em Salvador. Em 1941, foi iniciada a exploração do primeiro campo de produção comercial, em Candeias, no Recôncavo Baiano.

Era o governo de Getúlio Vargas e já havia uma agitação nacionalista para que o Estado assumisse o controle das reservas brasileiras, antes que as multinacionais se apropriassem do petróleo.

Em abril de 1948, foi lançada a campanha “O Petróleo é nosso”, que se transformou em uma importante frente de resistência contra os entreguistas e de pressão sobre o governo e os parlamentares.

Em dezembro de 1951, Vargas enviou ao Congresso um projeto de lei para criação da empresa nacional de petróleo. Após dois anos de batalhas, a lei foi finalmente aprovada e sancionada pelo presidente em 03 outubro de 1953. Nascia a Petróleo Brasileiro S.A. com as atribuições de pesquisa, exploração, refino, transporte e sistema de dutos.

Desde a sua criação, a Petrobrás vem promovendo o desenvolvimento regional do Brasil e impulsionando a indústria nacional. Tudo começou na Bahia, onde já havia produção de petróleo e uma refinaria, que foi incorporada à Petrobrás, logo após a fundação da empresa, em 1953, passando a chamar-se Refinaria

Petrobrás integra o Brasil e impulsiona a indústria nacional

1953-1980

Dois anos depois, em 1955, foi inaugurada a Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), no Litoral Paulista, e em 1961, a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), na Baixada Fluminense, alavancando o desenvolvimento industrial das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, novas refinarias foram criadas pela Petrobrás: LUBNOR, em 1966, no Ceará; REGAP, em 1968, em Minas Gerais; REFAP, também em 68, no Rio Grande do Sul; a primeira FAFEN, na Bahia, em 1971; a REPLAN, em 1972, em Campinas, e a SIX, no Paraná, também em 72.

Em 1974, a Petrobrás integrou ao seu parque de refino duas unidades privadas: as refinarias de Manaus (REMAN) e de Mauá (RECAP), em São Paulo. Em 1977, foi inaugurada a REPAR, no Paraná, e em 1980, a REVAP, em São José dos Campos (SP). Em 1982, entrou em operação a segunda FAFEN, em Sergipe.

O parque de refino da Petrobrás foi fundamental para a integração do Brasil e geração de emprego e renda nos municípios e estados, levando a empresa a investir também na construção de plantas petroquímicas e de uma pujante estrutura de logística. Foram construídas malhas de dutos que atravessam o país de Norte a Sul e de Leste a Oeste, terminais e a BR Distribuidora, que entrou em operação no final de 1971, quebrando o cartel formado por multinacionais, que controlavam o mercado nacional de distribuição de combustíveis.

Em 2007, a Petrobrás iniciou a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, que começou a operar parcialmente em 2014, pois não teve as obras concluídas, em função dos desinvestimentos gerados pela operação Lava Jato. Em 2010, entrou em operação a Refinaria Potiguar Clara Camarão (RPCC), no Rio Grande do Norte, como parte do projeto de expansão do Polo Industrial de Guamaré.

Com o desmonte ocorrido nos governos Temer e Bolsonaro, apesar de toda a resistência dos trabalhadores e da sociedade brasileira, quatro refinarias do Sistema Petrobrás foram privatizadas: a Rlam (BA), a Reman (AM), a SIX (PR) e a RPCC (RN).



Exploração em águas profundas

1980-1990

Com as crises internacionais do petróleo, que abalaram o mundo na década de 70, a Petrobrás ganhou mais importância estratégica. Até a primeira metade dos anos 60, a empresa só explorava petróleo em terra. A partir da inauguração do novo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes), em 1966, a estatal passou a investir em explorações no mar.

Em 1968, foi perfurado o primeiro campo de petróleo marítimo, no litoral de Sergipe. Mas, foi em 1973 que a Petrobrás iniciou um novo ciclo em sua história, com a descoberta de grandes reservas na Bacia de Campos, entre o litoral norte do Rio de Janeiro e o sul do Espírito Santo.

Para fazer perfurações no mar a mais de 2.000 metros de profundidade, a empresa teve que desenvolver tecnologias próprias, investindo na engenharia nacional e, assim, tornou-se referência internacional na exploração offshore.

A Bacia de Campos passou a ser a principal área de produção do Brasil. No início, eram pouco mais do que 7 mil barris diários de petróleo. Na primeira metade dos anos 2000, a região já produzia mais de 1 milhão de barris por dia, levando o Brasil a alcançar a autossuficiência em 2006.

No entanto, após o golpe de 2016, a Bacia de Campos sofreu um drástico processo de esvaziamento. Segundo levantamento feito pelo Dieese, foram desativadas ou vendidas pelo menos 38 plataformas na região, entre 2010 e 2020, restando à Petrobrás apenas 21 áreas exploratórias ativas. Isso representou uma queda de 45% na produção de petróleo e fechamento de 56 mil postos de trabalho em Campos e em Macaé.

A Petrobrás foi fortemente impactada pelas políticas neoliberais dos anos de 1990, enfrentando privatizações e fechamento de subsidiárias, o desmantelamento do seu braço petroquímico, a redução drástica de investimentos, o encolhimento dos quadros de trabalhadores e todos os efeitos nefastos da perda do monopólio e da pulverização acionária da empresa.

Neoliberalismo impôs perda do monopólio e privatizações

1990-2002

A categoria petroleira reagiu com uma série de greves na primeira metade dos anos 90, entre elas a de maio de 1995, que durou 32 dias e é até hoje o maior movimento grevista já realizado no setor petróleo. Nos anos anteriores, houve greves contra as privatizações e demissões do governo Collor e para impedir que a quebra do monopólio fosse aprovada na revisão constitucional. Sindicatos de petroleiros e movimentos sociais criaram na época os Comitês de Defesa do Sistema Petrobrás, que exerceram forte pressão sobre os parlamentares no Congresso Nacional.

Em 1997, no entanto, o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar a Lei 9.478, que abriu as atividades de petróleo para as multinacionais. Em seu segundo mandato, FHC avançou ainda mais no desmonte da Petrobrás, ofertando ações da empresa na Bolsa de Nova Iorque, em agosto de 2000, o que significou a transferência de 31,7% das ações ordinárias (com direito a voto) que estavam sob controle da União para mais de 20 mil acionistas privados.

Foi também nesse período que ocorreu a primeira privatização de refinaria, com a entrega de 30% da REFAP, e a tentativa de venda das FAFENS, além de diversos outros ataques ao patrimônio público, como entrega de campos de produção em terra e mar, evasão em massa de investimentos para construção de plataformas no exterior, o desmonte da engenharia e o projeto de mudança do nome da estatal para Petrobrax. Os petroleiros responderam com várias mobilizações e uma campanha nacional, denunciando que “Privatizar Faz Mal ao Brasil”.

A redução drástica de efetivos foi outra tragédia enfrentada pela categoria petroleira nos governos neoliberais: o Sistema Petrobrás, que chegou a ter 60.028 trabalhadores em 1989, chegou em 2001 com 38.483 trabalhadores. Soma-se a isso a terceirização de atividades fim, que resultou em diversos acidentes fatais e sucessivos acidentes ambientais. O afundamento da P-36, após uma sequência de explosões que causou a morte de 11 trabalhadores, em março de 2001, é uma cena que a categoria petroleira jamais esquecerá.

Petrobrás volta a ter papel estratégico e descobre o Pré-Sal

2000-2015

Com a chegada de Lula à Presidência da República, após ser eleito em 2002 com o apoio da categoria petroleira, a Petrobrás voltou a ter centralidade no projeto de desenvolvimento nacional. A empresa passou por um processo de reconstrução e expansão, atuando como um dos principais instrumentos do Estado para alavancar a indústria brasileira e o crescimento econômico do país, além de fomentadora de políticas públicas.

Entre 2001 e 2013, os investimentos da Petrobrás saltaram de R\$ 9,2 bilhões para R\$ 104 bilhões. Em função desse reposicionamento, a empresa intensificou os investimentos em pesquisa e tecnologia, nas áreas de exploração e produção e na ampliação e modernização do parque de refino, aumentando em cerca de 40% a capacidade de processamento. Foram construídas as refinarias Abreu e Lima (PE) e Clara Camarão (RN), a Refap voltou a ser 100% Petrobrás e a Ultrafértil, que havia sido privatizada em 1993, retornou ao Sistema Petrobrás como Fafen-PR.

Esses investimentos estratégicos resultaram em dois marcos que alteraram os rumos da empresa e da política energética brasileira: o alcance em 2006 da tão almejada autossuficiência do país na produção de petróleo e a descoberta do Pré-Sal, em 2007, que levou o governo Lula a suspender os leilões de petróleo e a debater com a sociedade uma nova regulamentação para exploração dessas novas reservas.

A FUP e seus sindicatos participaram ativamente da construção da Lei 12.351/2010, que instituiu o regime de partilha de produção, possibilitando que o Estado e o povo brasileiro se apropriassem de parte da renda gerada pelo Pré-Sal e garantindo à Petrobrás o papel de operadora única.

PRINCIPAIS MARCOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL PETROLEIRA DESDE A CRIAÇÃO DA PETROBRAS

» 1957 - Nasce na Bahia o primeiro sindicato de trabalhadores petroleiros: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo (Stiep)

» 1960 - Petroleiros realizam a primeira greve da categoria, com o mote "equipara ou aqui para". Os trabalhadores da RLAM pararam por 15 dias em novembro, reivindicando equiparação salarial com os petroleiros da RPBC

» 1964 - Com o golpe militar, os sindicatos sofrem intervenção, lideranças sindicais e trabalhadores são perseguidos durante toda a ditadura. O SNI, órgão de repressão do governo militar, tinha uma divisão dentro da Petrobrás

» 1974 - Uma década após a campanha "Tudo de petróleo para a Petrobrás", em que os trabalhadores e movimentos populares cobravam a encampação das refinarias privadas, a estatal incorpora a Recap e a Reman

» 1983, um marco do novo sindicalismo:

o Petroleiros da Rlam e da Replan desafiam ditadura e realizam greve contra ataques e repressão do governo militar

o No rastro da greve dos petroleiros, outras categorias se mobilizam e realizam uma histórica greve geral pelo fim da ditadura

o Um mês depois, é fundada a Central Única dos Trabalhadores

» 1987 - oposições sindicais criam o Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT

» 1988 - lutas sociais garantem que a nova Constituição Federal mantenha a Petrobrás como órgão executor do monopólio da União sobre as atividades petrolíferas

» 1990-1992 - Petroleiros se organizam nas bases, criam um Comando Nacional e deflagram vários movimentos grevistas contra a agenda neoliberal de desmonte do Sistema Petrobrás

» 1991 - Greve de 24 dias, entre fevereiro e março, cobra a readmissão de 800 trabalhadores demitidos pelo governo Collor

» 1992 - Após luta histórica da categoria, sindicatos conquistam quinta turma nos turnos de refinaria e o regime 14x21 nas plataformas

» 1993 - Categoria aprova a criação da Federação Única Cutista dos Petroleiros (FUCP) e organiza junto com os movimentos sociais o Comitê Nacional em Defesa do Sistema Petrobrás contra as privatizações e a quebra do monopólio, que entrou em pauta na Revisão Constitucional

» 1994 - Petroleiros entram em greve duas vezes, com adesão em todo o país. A primeira em fevereiro e a segunda, em e novembro. Durante o terceiro Congresso Nacional da categoria, em junho, é oficializada a fundação da Federação Única dos Petroleiros

» 1995 - Os trabalhadores do Sistema Petrobrás entram em greve em primeiro de maio e enfrentam forte repressão do governo FHC, que chegou a ocupar refinarias com tanques do Exército. O movimento dura 32 dias e entra para a história como o maior já realizado na indústria de petróleo

» 1996 - FUP intensifica luta em Brasília para impedir que o Congresso aprove a quebra do monopólio da Petrobrás

» 1997 - Petroleiros participam da Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, que mobilizou 100 mil manifestantes na capital federal

» 1999 - FUP e sindicatos organizam lutas para barrar o primeiro leilão de petróleo, após a quebra do monopólio. Junto com o MST e outros movimentos sociais, petroleiros realizam ato nacional em frente a Petrobrás, de onde saem em Marcha Popular, arrastando 100 mil pessoas em direção à Brasília

» 2001 - FUP e sindicatos intensificam luta contra o desmonte da Petrobrás:

o Petroleiros iniciam campanha nacional "Privatizar faz mal ao Brasil"

o Após o afundamento da P-36, FUP garante pela primeira vez participação em uma comissão de investigação de acidente

o Categoria realiza greve de cinco dias em outubro e conquista o direito de recusa

» 2002 - Petroleiros constroem propostas para fortalecimento da Petrobrás no governo Lula e FUP conquista no ACT comissão para discutir anistia e reintegração dos trabalhadores demitidos nos governos neoliberais

» 2003 - Petroleiros demitidos nas greves de 94 e 95 começam a ser reintegrados. FUP e sindicatos celebram primeiro Acordo Coletivo dos trabalhadores da Transpetro e dão início ao projeto MOVA-Brasil, em parceria com o IPF e a Petrobrás

» 2004 - Petroleiros realizam ato nacional pela suspensão dos leilões de petróleo. ACT garante igualdade de direitos para os novos empregados, acabando com as discriminações impostas pelo governo FHC aos trabalhadores de estatais admitidos após 1997

» 2006 - FUP realiza seminário internacional para integração energética da América Latina

» 2007 - Após a descoberta do Pré-Sal, petroleiros garantem suspensão dos leilões e defendem propostas para uma nova lei do petróleo. Na Petrobrás, FUP e sindicatos negociam construção de um novo Plano de Cargos e Carreiras e do Plano Petros 2. Ainda nesse ano, é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores do Setor Privado

» 2009 - Petroleiros realizam greve unificada de cinco dias, em março e constroem projeto de lei que restabelece o monopólio estatal do petróleo, através da Petrobrás 100% pública. A proposta é apresentada no Congresso Nacional como PL 531/2009. Petroleiros e movimentos sociais lançam campanha “O petróleo tem que ser nosso”

» 2010 - Trabalhadores lançam a Plataforma Operária e Camponesa da Energia. Refap volta a ter controle integral da Petrobrás e anistiados de empresas privatizadas e extintas nos governos Collor e Itamar retornam à Petrobrás. FUP e sindicatos realizam greve nacional em defesa da vida

» 2011 - Petroleiros elegem pela primeira vez representante para o CA da Petrobrás

» 2013 - Categoria realiza greve de sete dias contra leilão do campo de Libra. Luta garante que Fafen-PR volte a ser 100% da Petrobrás

» 2014 - FUP e movimentos sociais denunciam ataques da operação Lava Jato à soberania nacional e ocupam as ruas e o Congresso em defesa da Petrobrás

» 2015 - Petroleiros lançam frente nacional em defesa da Petrobrás e do Pré-Sal, em ato na ABI com participação de Lula. Brigadas petroleiras ocupam o Congresso Nacional contra o desmonte da Lei de Partilha. Petroleiros realizam greve de mais de 15 dias em novembro para barrar desinvestimentos da Petrobrás e garantem negociação da Pauta pelo Brasil

» 2016 - Petroleiros se mobilizam em todo o país contra o golpe, a entrega do Pré-Sal e o desmonte da Petrobrás

o FUP e sindicatos lançam manifesto convocando petroleiros a lutarem contra o golpe

o Petroleiros se mobilizam em várias frentes de luta, resistem à repressão, mas Congresso aprova

desmonte da Lei do Pré-Sal

o Duas greves importantes são realizadas em agosto: trabalhadores da BR se levantam contra a privatização da subsidiária e petroleiros fazem paralisações nacionais e regionais contra a entrega dos campos terrestres

o FUP denuncia prejuízos que nova política de preços da Petrobrás (PPI) trará à população e ao país

o FUP e organizações sociais protocolam no STF Ação Direta de Inconstitucionalidade contra privatizações aos pedaços da Petrobrás sem autorização legislativa

» 2017 - FUP realiza diversas manifestações públicas e mobilizações nas bases denunciando crimes de Pedro Parente e cobrando sua saída da Presidência da Petrobrás. Petroleiros chegam a ocupar a Fafen-PR em protesto pela suspensão das privatizações

» 2018 - FUP e sindicatos lançam o INEEP, instituto de pesquisa para assessorar os trabalhadores nas lutas em defesa da Petrobrás e da soberania energética. Petroleiros realizam greve de 72 horas em junho contra preços abusivos dos combustíveis. FUP intensifica luta contra privatizações e ingressa com novas ações na Justiça para barrar venda de ativos

» 2019 - Brigadas petroleiras organizam diversas frentes de luta em Brasília e nos estados contra as privatizações. FUP e sindicatos denunciam ilegalidade do acordo da Petrobrás com o CADE para venda de refinarias. Petroleiros iniciam campanha por redução dos preços

dos combustíveis

» 2020 - Petroleiros realizam 20 dias de greve em fevereiro contra as privatizações e demissões, com ocupações na sede da Petrobrás e na Fafen-PR. FUP e sindicatos realizam ações solidárias para subsidiar venda de gás de cozinha e combustíveis a preços justos. Categoria denuncia intensificação do desmonte da Petrobrás em plena pandemia da Covid-19. É criada a ANAPETRO, associação de petroleiros acionistas da estatal, com foco na defesa da soberania nacional. FUP, sindicatos e Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás lançam a campanha “Petrobrás Fica”

» 2021 - Petroleiros realizam greves regionais pela suspensão das privatizações. Enquanto a gestão da Petrobrás aumenta os preços dos combustíveis na pandemia, FUP e sindicatos intensificam ações solidárias de combustíveis a preços justos para populações periféricas e motoristas de aplicativos. Trabalhadores da PBio realizam greve nacional de 15 dias para barrar venda da subsidiária. Sindicatos da FUP deflagram greve sanitária em defesa da vida e contra o negacionismo da gestão da Petrobrás na pandemia, que causou diversos surtos de Covid-19 nas plataformas e refinarias

» 2022 - FUP e sindicatos apresentam à campanha de Lula propostas para reconstrução da Petrobrás, que são incluídas no programa de governo. Categoria se mobiliza pela eleição de Lula e comemora derrota do fascismo. FUP participa do GT de Energia do governo de transição e cobra suspensão imediata das privatizações. Na COP-27, FUP participa da elaboração de documento internacional sobre transição energética justa

» 2023 - FUP e sindicatos intensificam luta pela reconstrução do Sistema Petrobrás, retomada dos investimentos da empresa no Brasil e transição energética justa

Do poço ao poste



Além dos investimentos que possibilitaram a descoberta e exploração do Pré-Sal, que hoje já representa cerca de 80% de toda a produção nacional, a estatal brasileira também implementou nos governos Lula e Dilma projetos de expansão nos setores de gás e energia, petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis. O reposicionamento da Petrobrás como uma empresa integrada de energia ampliou sua inserção social, fomentando investimentos estratégicos em energia renovável, como usinas eólicas e de produção de biodiesel, e em termoelétricas. A petrolífera brasileira deixou de ser uma empresa “do poço ao poste”, como se apresentava em 2006, e passou a ter como missão em 2011 atuar “do poço ao poste”.

Responsabilidade social



A relevância da Petrobrás no setor público durante os governos Lula e Dilma teve ressonância também no fortalecimento da sua política de responsabilidade social. Entre 2003 e 2015, a empresa destinou um total de R\$ 6,469 bilhões para as áreas social, ambiental, cultural e de esportes, segundo levantamento feito pelo Dieese, com base nos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade publicados pela estatal.

Isso representou um valor médio anual de R\$ 497,6 milhões em investimentos sociais ao longo dos governos do PT, que possibilitaram uma série de projetos com participação social pelo país afora. Um dos mais impactantes foi o MOVA-Brasil, que alfabetizou 283.607 jovens e adultos e formou 10.956 educadores em 692 municípios de 12 estados do país. O projeto foi realizado entre 2003 e 2015, tendo a FUP e o Instituto Paulo Freire como parceiros.

2000-2015



Líder em tecnologia

Entre 2001 e 2013, a Petrobrás aumentou em 700% os investimentos em pesquisa, o que possibilitou inúmeras inovações tecnológicas para operar com eficiência poços de petróleo localizados em águas profundas e ultraprofundas. A estatal brasileira tornou-se referência internacional e já recebeu quatro vezes (1992, 2001, 2015 e 2020) o Distinguished Achievement Award da Offshore Technology Conferente (OTC) por sua contribuição para a indústria offshore e o desenvolvimento de tecnologias de ponta que tornaram possível a exploração na camada Pré-Sal. O OTC é a maior premiação internacional do setor, uma espécie de Oscar das petrolíferas.

Geração de empregos e renda no Brasil



A redução dos quadros de trabalhadores da Petrobrás e subsidiárias sempre esteve associada às políticas de desmonte da empresa. Após permanecer mais de uma década sem concursos públicos significativos, a estatal voltou a recompor seus efetivos próprios ao longo dos anos 2000 e, com a expansão da empresa e a descoberta do Pré-Sal, praticamente dobrou o número de empregados próprios, saltando de 38 mil para 86 mil trabalhadores, entre 2001 e 2013.

A Petrobrás também aumentou significativamente as contratações, gerando mais de 350 mil postos de trabalho em suas unidades e movimentando toda a cadeia produtiva do setor de óleo e gás. Com a política de conteúdo nacional, criada pelo governo Lula nos anos 2000, os investimentos da empresa foram redirecionados para a indústria nacional e chegaram a representar 13% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Se na década de 90, plataformas, sondas de perfuração e navios petroleiros eram contratados no exterior, a partir de 2003 a maior parte das encomendas da Petrobrás passou a ser feita no Brasil, contribuindo para que o país alcançasse o pleno emprego. A indústria naval, por exemplo, que em 2002 empregava 7 mil trabalhadores, chegou em 2014 com 80 mil operários.

2000-2015



Lava Jato, golpe e desmonte

2016-2022

O projeto de expansão do Sistema Petrobrás começou a ser questionado pelos setores liberais que sempre defenderam a redução da empresa e a entrega do petróleo brasileiro às empresas e investidores estrangeiros. Essa agenda ganhou força com a operação Lava Jato, deflagrada, não por acaso, no ano eleitoral de 2014. A reeleição da presidenta Dilma Rousseff chegou a dar um fôlego aos investimentos que estavam em curso no planejamento estratégico da Petrobrás, mas, com o impeachment arbitrário que sofreu, em 2016, o fortalecimento da estatal foi interdito.

Os efeitos da Lava Jato foram devastadores não só para a empresa, como para toda a indústria nacional. Estudo do Dieese aponta que o Brasil perdeu R\$ 172,2 bilhões em investimentos e 4,4 milhões de empregos em consequência das ilegalidades cometidas pela operação, cujo objetivo foi eminentemente político, como ficou provado pela própria justiça brasileira.

No rastro da Lava Jato, veio o golpe de 2016, o desmonte da Lei de Partilha do Pré-Sal, a prisão política de Lula e a eleição de Jair Bolsonaro, de perfil nitidamente fascista, apoiado por ultraliberais, que desmontaram o Estado brasileiro, atacaram políticas públicas e destruíram as principais conquistas sociais da população.

Mais uma vez, a categoria petroleira se levantou contra o desmonte do Sistema Petrobrás e reagiu à campanha de destruição de reputações promovida pela Lava Jato. A FUP e seus sindicatos organizaram brigadas de petroleiros e petroleiras em defesa da soberania nacional. Com seus jalecos laranja, lideranças e militantes sindicais ocuparam as ruas e o Congresso, denunciando os crimes da Lava Jato e resistindo à entrega do Pré-Sal e da Petrobrás.

A categoria realizou três greves emblemáticas nesse período: em novembro de 2015, quando os petroleiros pararam por mais de 13 dias em defesa da “Pauta pelo Brasil”, cobrando a retomada dos investimentos da Petrobrás e a soberania sobre o Pré-Sal; em maio de 2018, quando a categoria se levantou contra o desmonte feito por Pedro Parente e a política que dolarizou o preço dos combustíveis, enfrentando a criminalização do movimento imposta pelo TST; em fevereiro de 2020, quando petroleiros e petroleiras protagonizaram o primeiro grande enfrentamento da classe trabalhadora no governo Bolsonaro, com 21 dias de greve e ocupação do Edise e 31 dias de ocupação na Fafen-PR para impedir o fechamento da unidade.

No entanto, mesmo com toda a resistência dos trabalhadores e movimentos sociais, o novo arranjo político, econômico e institucional que se configurou no Brasil pós-golpe impactou profundamente as capacidades da Petrobrás enquanto empresa



estatal, interditando seu papel histórico de propulsora do desenvolvimento nacional.

O planejamento da empresa foi drasticamente alterado, com o abandono de setores estratégicos para a soberania energética, como refino, distribuição, fertilizantes, gás e energia renovável, com venda de subsidiárias e de diversas unidades operacionais.

A prioridade da nova gestão da Petrobrás passou a ser a produção do Pré-Sal e a exportação de óleo cru, com foco na rentabilidade dos acionistas, que foram beneficiados por dividendos recordes, obtidos, principalmente, às custas do caixa gerado pelas privatizações e pelo Preço de Paridade de Importação (PPI).

Nos dois últimos anos do governo Bolsonaro (2021 e 2022), os acionistas se apropriaram de R\$ 316 bilhões, mais do que todo o lucro líquido de R\$ 295 bilhões que a Petrobrás registrou nesse período, enquanto o patrimônio da empresa foi dilapidado e o povo pagou os preços mais caros de combustíveis da história do país.

Fatiada e vendida aos pedaços, a maior estatal brasileira só não foi totalmente privatizada por conta da resistência dos trabalhadores e dos movimentos sociais. A Petrobrás e a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) chegaram a ser inseridas no Programa Nacional de Desestatização. Metade do parque de refino da empresa foi posto à venda.

Somente no governo Bolsonaro, foram vendidos 68 ativos do Sistema Petrobrás, incluindo 4 refinarias (Rlam/BA, RPCC/RN, Reman/AM, SIX/PR), a BR Distribuidora, a Liquigás, a Gaspetro, a Transportadora Associada de Gás (TAG), a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), usinas de biocombustível, usinas eólicas, termelétricas, plantas petroquímicas, sondas de perfuração, campos de petróleo em terra e em mar, inclusive no Pré-Sal.

A Petrobrás se retirou de vários segmentos estratégicos para a transição energética e a soberania alimentar, como os setores de energia eólica, termoelétricas, biocombustíveis e fertilizantes, vendendo, arrendando e hibernando plantas, como fez com a Fafen-PR, que chegou a ser colocada à venda junto com a unidade do Mato Grosso do Sul, que estava praticamente pronta, mas teve as obras interrompidas.

As privatizações das refinarias do Norte e Nordeste destruíram as economias locais, aumentando a miséria e o desemprego gerados pelo fim dos investimentos da Petrobrás e pelo aumento dos preços dos combustíveis. Por conta do monopólio regional praticado pelas empresas privadas que passaram a controlar a Reman, a Rlam e a RPCC, o gás, a gasolina e o diesel que abastecem o Norte e o Nordeste já são os mais caros do Brasil.



Reconstruir e fortalecer a Petrobrás para o Brasil 2023

Uma das primeiras medidas assinadas pelo presidente Lula, após tomar posse, em janeiro de 2023, foi interromper a privatização da Petrobrás, retirando a empresa do Programa Nacional de Desestatização. Esse compromisso já havia sido assumido por ele na campanha eleitoral e reforçado durante a transição de governo, quando a FUP participou do Grupo de Trabalho do Setor de Energia, defendendo as propostas da categoria, que estão elencadas no documento “Petrobrás para o Brasil”.

As contribuições dos petroleiros foram incorporadas ao programa de governo, no capítulo de Energia, que resgata o papel de protagonismo da Petrobrás na economia nacional e, principalmente, na transição energética. Uma das propostas é a criação de um Fundo Soberano para a transição energética justa, reivindicação que foi contemplada no Plano Plurianual Participativo 2024-2027, que aguarda aprovação pelo Congresso Nacional.

A Petrobrás é também peça central do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em agosto pelo governo Lula. A empresa participa diretamente de 47 projetos, que pretendem mobilizar R\$ 323 bilhões em investimentos, o que corresponde a 96% de todos os recursos previstos para as obras do setor de óleo e gás.

As propostas da categoria petroleira para reconstrução e fortalecimento do Sistema Petrobrás também estão sendo discutidas com a gestão da empresa, em um Grupo de Trabalho que trata do novo Plano Estratégico 2024-2028 e na campanha reivindicatória.



A FUP tem ressaltado prioridades imediatas: recomposição do parque de refino e autossuficiência na produção de derivados; fortalecimento da indústria naval, com retomada da contratação de embarcações no Brasil e fim dos afretamentos de plataformas; reconstrução da política de conteúdo nacional; retorno da Petrobrás ao setor de fertilizantes, com reabertura imediata da Fafen-PR, recontração dos trabalhadores demitidos e retomada do controle das fábricas da Bahia e do Sergipe, que estão arrendadas para a Unigel; transição energética justa, com fortalecimento do setor de biocombustíveis e uma produção cada vez mais descarbonizada e inclusiva; retomada e diversificação dos investimentos em projetos sociais e culturais.

Algumas medidas de fortalecimento da Petrobrás já foram anunciadas, como interrupção da privatização dos polos de produção de Bahia Terra (BA) e de Urucu (AM), do Campo de Manati (BA) e da subsidiária da Petrobrás na Argentina; volta de investimentos nas bacias de Sergipe, Rio Grande do Norte e Bahia; parcerias para produção de energia eólica onshore e offshore; retomada da construção de navios no Brasil, com estudos para encomenda de 25 petroleiros; seleção pública de 31 projetos socioambientais que receberão investimentos de R\$ 212 milhões ao longo dos próximos três anos.

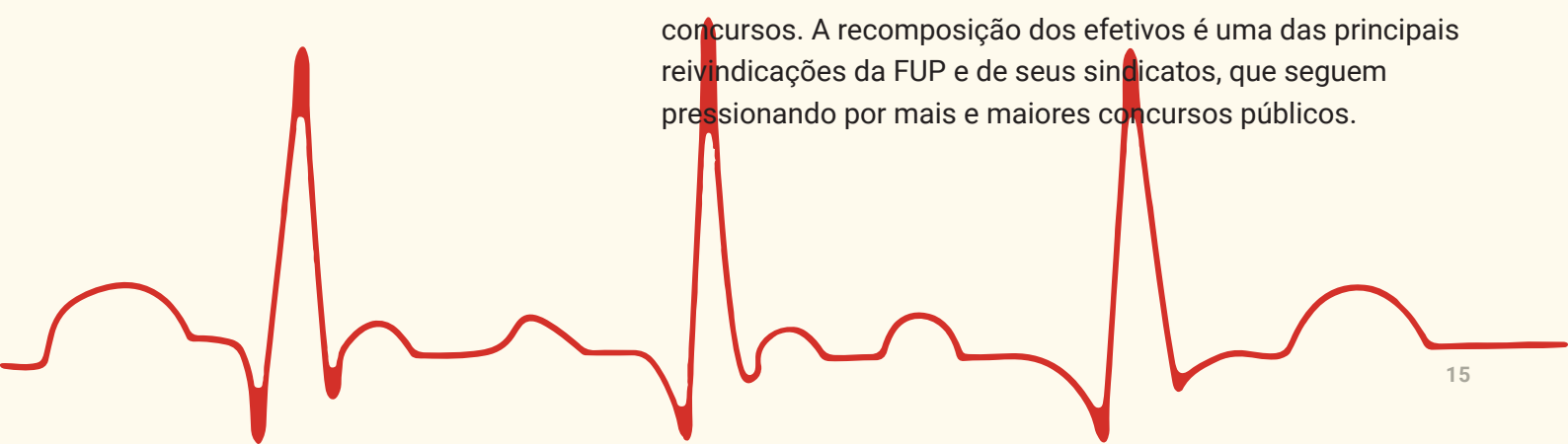
Retomada dos concursos públicos



O desmonte do Sistema Petrobrás nos governos Temer e Bolsonaro foi acompanhado pela redução drástica de efetivos e imposições de regimes e jornadas extenuantes de trabalho, que fizeram aumentar os acidentes e adoecimentos, sem falar na transferência compulsória de trabalhadores.

Entre 2013 e 2022, o número de trabalhadores próprios da Petrobrás e subsidiárias despencou de 86 mil para 45 mil empregados. Nesse mesmo período, a empresa fechou 255 mil postos de trabalho de contratados.

A nova gestão da Petrobrás já convocou 2.170 aprovados nos últimos cadastros de reserva e anunciou novos concursos. A recomposição dos efetivos é uma das principais reivindicações da FUP e de seus sindicatos, que seguem pressionando por mais e maiores concursos públicos.





Recompor direitos e humanizar as relações de trabalho

A valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores do Sistema Petrobrás – próprios e terceirizados, da ativa e aposentados – está diretamente associada à reconstrução da empresa.

Nunca antes, a categoria petroleira sofreu tantos ataques quanto nos últimos anos, com retirada de direitos históricos e tentativas de desmonte do Acordo Coletivo de Trabalho.

Chegaram, inclusive, a ameaçar retirar do ACT o capítulo inteiro que trata da saúde, meio ambiente e segurança dos trabalhadores, a despeito de atuarem em uma indústria altamente periculosa. Soma-se a isso as agressões às mulheres petroleiras, aos trabalhadores terceirizados e aos aposentados, que foram o mais impactados pelos ataques diversos ao plano de saúde e à previdência complementar.

Os absurdos casos de assédio, suicídios e sofrimento mental demonstram o quanto os trabalhadores foram desrespeitados e tiveram a autoestima atacada por um projeto de gestão autoritário, que buscou destruir o sentimento de coletividade e de pertencimento da categoria petroleira. Sem falar nas perseguições, punições e até mesmo demissões políticas, em meio à campanha da gestão bolsonarista para criminalizar as organizações sindicais, cujas lideranças chegaram a ser proibidas de acessar as unidades da Petrobrás.

Portanto, mais do que necessário, é urgente que a reconstrução da estatal tenha por base a reconstrução de direitos e a humanização das relações de trabalho, resgatando o valor do coletivo e não do individual.